

7. Cultura Popular/Tradicional e Periférica

Discutindo as relações entre envelhecimento e preservação do patrimônio cultural em organizações seculares de terreiro de umbanda na Amazônia Legal brasileira

Iara Carla Nonato Souza Hackbarth

Josiane Silva de Oliveira

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico é compreender as relações entre o envelhecimento e a preservação do patrimônio cultural em organizações seculares de terreiro de umbanda na Amazônia Legal brasileira. O reconhecimento das religiões de matriz africana como patrimônio cultural brasileiro é um passo fundamental para a valorização e preservação dessas tradições. Neste contexto, os idosos desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural. Como contribuição aos estudos organizacionais, uma análise crítica revela uma lacuna significativa na pesquisa e no debate sobre o impacto do envelhecimento da população na preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Feminismo negro; Interseccionalidade; Envelhecimento; Patrimônio cultural; Religiões de matriz africana.

Abstract

The objective of this theoretical essay is to understand the relationships between aging and the preservation of cultural heritage in secular Umbanda terreiro organizations in the Brazilian Legal Amazon. The recognition of African-based religions as Brazilian cultural heritage is a fundamental step towards valuing and preserving these traditions. In this context, older people play a crucial role in preserving cultural heritage. As a contribution to organizational studies, a critical analysis reveals a significant gap in research and debate on the impact of population aging on the preservation of cultural heritage.

Keywords: Black feminism; Intersectionality; Aging; Cultural heritage; African-based religions.

1 Introdução

O objetivo deste ensaio teórico é compreender as relações entre o envelhecimento e a preservação do patrimônio cultural em organizações seculares

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

de terreiro de umbanda na Amazônia Legal brasileira. Para isso, utilizo como base teórica destas discussões o campo do feminismo negro, especificamente as contribuições de Lélia Gonzalez para estas reflexões. A escolha dessa autora ocorreu por seus trabalhos possibilitarem compreender as dinâmicas das raízes culturais e históricas das religiões de matriz africana no Brasil ao destacar como o racismo impactou, e ainda impacta, estas organizações. De acordo com a pesquisadora “a criminalização das práticas religiosas de matriz africana no Brasil foi uma forma de controle social e repressão cultural, perpetuada por um Estado que visava apagar a identidade e a resistência negra” (Gonzalez & Hasenbalg, 1982), Gonzalez sugere que essa repressão era uma maneira de manter o controle sobre a população negra, suprimindo suas formas de expressão cultural e religiosa como um meio de resistência e afirmação identitária

Nas organizações das religiões de matriz africana, a noção de hierarquia é vinculada a aspectos geracionais (Prandi, 1996). São as pessoas mais velhas as detentoras dos conhecimentos não somente das práticas religiosas, mas, também, de seus modos de organização, pois considerando a oralidade e a experiência como elementos essenciais da construção do sentido de coletividade, é preciso que essas duas categorias sejam vivenciadas para que se desenvolvam conhecimentos sobre a religião.

Deste modo, em termos de análises organizacionais, o envelhecimento se torna uma importante categoria de análise, pois, para além da idade, ele se constitui como a corporalidade dos modos de organização destas religiões. É no corpo envelhecido onde estão materializados os patrimônios culturais da religião, mas, também, da comunidade que a constitui.

O conceito de patrimônio cultural engloba elementos que possuem relevância histórica, artística, cultural ou social para um grupo ou sociedade. Ele representa a identidade, a memória e a criatividade de um povo, transmitindo valores e conhecimentos ao longo das gerações. Segundo Zanirato e Ribeiro (2006), patrimônio cultural pode ser definido como a percepção da natureza como um bem não renovável. Entretanto, a noção de patrimônio cultural tem sido desenvolvida ao longo do tempo, ampliando-se para além de monumentos e objetos tangíveis, para incluir também expressões culturais como músicas, danças e saberes tradicionais.

No contexto do patrimônio cultural, o envelhecimento apresenta uma dimensão única, onde os idosos não apenas se tornam guardiões de tradições e conhecimentos, mas também atores-chave na preservação e transmissão dessas produções. Este ensaio evidencia a relação entre envelhecimento e a preservação do patrimônio cultural, destacando o envelhecimento como um processo de produção/reprodução/transmissão cultural destas organizações, assim como os idosos como corporeidades materializadas destas dinâmicas.

O estatuto do idoso considera a pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2003), já a Organização Mundial da Saúde – OMS, classifica a pessoa idosa aquela com 65 anos ou mais em países desenvolvidos e, a partir dos 60 anos nos países em desenvolvimento (OMS, 2002). Neste trabalho, entendemos a pessoa idosa aquela com 65 anos ou mais, de acordo com o IBGE.

Contudo é importante destacar que essa divergência gera dificuldades no acesso e na criação de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, já que a idade é um critério jurídico para a definição de direitos e deveres.

No Brasil, as formas como os terreiros de umbanda se organizam devem ser consideradas a partir das singularidades regionais, pois se trata de práticas culturais. Deste modo, uma das regiões que ainda é pouco estudada na área de Administração é a Amazônia Legal.

A Amazônia Legal abrange a região da Floresta Amazônica no Brasil. Foi criada para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental dessa vasta região, que possui características ecológicas, climáticas, culturais e socioeconômicas únicas. A região é composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, (parte) do Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Vale; Toledo; Vieira, 2018).

A riqueza e a complexidade da Amazônia Legal não se limitam apenas aos seus aspectos ecológicos e socioeconômicos. Além dos desafios ambientais e das pressões econômicas, a região é também uma concentração de manifestações culturais e religiosas. Neste contexto, os terreiros de umbanda desempenham um papel fundamental, atuando como centros de preservação cultural e resistência, contribuindo significativamente para a diversidade religiosa e social da região.

Pesquisas acadêmicas têm evidenciado a importância dos terreiros de umbanda na Amazônia Legal, destacando sua contribuição para a preservação cultural e a diversidade religiosa da região. Prandi (2001) afirma que "a umbanda é uma religião em que se misturam tradições africanas, indígenas e europeias, formando um agrupamento religioso único no Brasil". Estudos etnográficos e sociológicos continuam a documentar e analisar o papel desses espaços na vida das comunidades amazônicas. Parés (2013) observa que "os terreiros de umbanda são espaços de resistência cultural e de preservação das tradições afro-brasileiras, especialmente importantes em regiões como a Amazônia, onde o sincretismo religioso é forte".

O reconhecimento das religiões de matriz africana como patrimônio cultural brasileiro é um passo fundamental para a valorização e preservação dessas tradições. Neste contexto, os idosos desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural. Eles são os guardiões da memória coletiva e das tradições religiosas, transmitindo conhecimentos e práticas ancestrais às novas gerações. Através de suas experiências e sabedoria, os idosos asseguram a continuidade das práticas culturais e religiosas afro-brasileiras, contribuindo para a manutenção da identidade e da coesão social das comunidades.

É a partir dessa discussão que este ensaio tem como objetivo compreender como a relação entre envelhecimento e preservação do patrimônio cultural se manifesta nas organizações seculares de Terreiro de Umbanda na região da Amazônia Legal do Brasil.

Ao desenvolver esse objetivo de discussão nesse trabalho, pretendemos apresentar como contribuição aos estudos organizacionais uma análise sobre como o envelhecimento se relacionada com a preservação do patrimônio cultural e

organizações religiosas. Isso se torna relevante, do ponto de vista empírico, tanto pelo crescimento da população idosa no país, quanto pela ampliação dos debates sobre relações raciais no campo das organizações religiosas, o que ainda é pouco discutido nessa área. Esta ausência de foco em um tema tão relevante aponta para uma necessidade de redirecionamento e ampliação das abordagens de pesquisa dentro da Administração.

Para a apresentação dos resultados dos debates propostos, o artigo está estruturado além desta Introdução, em cinco partes: no item 2, O feminismo negro interseccional como campo teórico para a Administração, pois oferece uma poderosa lente teórica para a Administração, destacando a conexão entre raça, gênero e outras formas de opressão; no item 3, O envelhecimento como uma categoria interseccional para o campo do feminismo negro, pois o envelhecimento dentro do feminismo negro interseccional, destaca como questões de idade se entrelaçam com raça e gênero; no item 4, Terreiros de Umbanda e Candomblé no Brasil: elementos de compreensão para resistências organizacionais, pois destacar as estratégias de sobrevivência dessas organizações ajuda a preservar suas práticas culturais e espirituais; no item 5, Religiões de matriz africana na Amazônia Legal: resistência, adaptação e modernização e, por fim, o item 6, Conclusões.

2 O feminismo negro interseccional como campo teórico para a Administração

O feminismo negro interseccional surgiu como uma abordagem crítica que enfatiza a complexidade das identidades e das opressões enfrentadas por mulheres negras. Esse campo teórico, que combina elementos do feminismo, teoria crítica da raça e estudos de gênero, tem se mostrado essencial para entender e abordar as desigualdades na sociedade e nas práticas de administração. A partir das contribuições de teóricas como Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez, é possível compreender a relevância e a aplicação do feminismo negro interseccional na administração.

Patrícia Hill Collins é conhecida por seu trabalho sobre feminismo negro e teoria interseccional, Collins explora como as experiências das mulheres negras nos Estados Unidos são moldadas por intersecções de raça, classe, gênero e outras formas de opressão. Suas ideias centrais incluem a Matriz de Dominação, que conceitua a interseccionalidade como uma matriz na qual múltiplas formas de opressão se interconectam e se reforçam mutuamente. Ela também enfatiza a importância da Conscientização Crítica, instando as mulheres negras a desenvolverem uma conscientização crítica para entender e resistir às múltiplas formas de opressão, além de promover a produção de conhecimento que valoriza as experiências vividas pelas mulheres negras, destacando uma epistemologia centrada em seus pontos de vista.

Lélia Gonzalez é essencial no contexto do feminismo negro e das relações raciais no Brasil, suas obras são fundamentais para entender as dinâmicas de poder

e exclusão enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes. Entre seus conceitos destacam-se a Amefricanidade, uma ideia que integra as realidades das mulheres afrodescendentes na América Latina, ressaltando as especificidades históricas e culturais. Além disso, Gonzalez analisou profundamente o Racismo Estrutural, evidenciando como o racismo está arraigado nas instituições e práticas sociais, impactando significativamente a vida cotidiana das pessoas negras. Suas análises exploram a interseção de raça, gênero e classe, demonstrando como essas dimensões são inseparáveis na compreensão das múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras.

Como já exposto, a Interseccionalidade é uma categoria que aproxima Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez, ambas as autoras compartilham também uma visão epistemológica que valoriza as experiências vividas pelas mulheres negras como fontes legítimas de conhecimento. Collins propõe uma "epistemologia do ponto de vista", enquanto Gonzalez enfatiza a importância da oralidade e da resistência cultural como formas de preservar e transmitir o conhecimento das mulheres negras. Essa valorização do conhecimento situado desafia as epistemologias tradicionais e eurocêntricas, colocando as mulheres negras no centro da produção de conhecimento.

Apesar da relevância de suas contribuições teóricas e práticas, Lélia Gonzalez enfrentou um significativo apagamento nas produções acadêmicas e no reconhecimento público de sua obra. Este apagamento reflete desigualdades estruturais no campo acadêmico, que historicamente marginalizou e silenciou vozes não hegemônicas, especialmente as de mulheres negras. No entanto, sua influência perdura entre acadêmicos, ativistas e movimentos sociais que valorizam seu legado de resistência, análise crítica e proposição de alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos últimos anos, o campo da Administração tem se enriquecido significativamente com estudos fundamentados na teoria do feminismo negro, que oferece uma perspectiva crucial para compreender as interseções complexas de raça, gênero e classe nas dinâmicas organizacionais. Este conjunto de produções acadêmicas examina de maneira profunda e crítica as experiências e desafios enfrentados por mulheres negras em contextos corporativos e empresariais, destacando suas contribuições para a teoria e prática da gestão.

Dentre as obras relevantes, destacam-se estudos que buscam compreender a interseccionalidade nas organizações, delineando práticas de inclusão específicas para mulheres negras. As pesquisas realizadas por Arlinda; Rezende e Machado (2023), revelam que o tema de mulheres negras trabalhadoras consiste em uma escolha social e política indicada por suas autoras, tecendo uma trama de fazeres científicos que recolocam, a questão da raça no fazer organizativo, seja acadêmico, seja social. Já as pesquisas realizadas por Gouvêa; Santos e Paniza (2019), apontam que ao falar de gênero parecemos que as mulheres foram reduzidas a grupos

minoritários e que quando não estão em posições inferiores, continuam sendo remuneradas de forma desproporcional aos homens, sobretudo quando se trata de mulheres negras que são mais subalternizadas.

Essas produções não apenas enriquecem o debate acadêmico sobre diversidade, inclusão e liderança, mas também destacam a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras para o avanço da teoria e prática administrativa.

3 O envelhecimento como uma categoria interseccional para o campo do feminismo negro

Podemos entender o envelhecimento, como um processo não homogêneo, cujas singularidades e particularidades devem ser compreendidas a partir de dinâmicas estruturais (a exemplo de classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas (Minayo e Coimbra 2002, pág. 14). Deste modo, uma análise interseccional desse fenômeno se torna profícua.

No Brasil a população idosa atingiu a marca de 32 milhões de pessoas, o que representa 15,8% da população, fazendo o recorte por raça, 56% da população idosa brasileira é preta e parda. No entanto, a forma como as pessoas negras vivenciam o envelhecimento é profundamente influenciada por uma variedade de fatores, que se interseccionam e moldam as experiências individuais de envelhecimento.

Articular uma discussão que se aproprie do conceito de interseccionalidade e envelhecimento das pessoas negras envolve reconhecer como múltiplas formas de identidade, como raça, idade, gênero, classe social, entre outras, se interconectam para influenciar as experiências e desafios enfrentados por essa população. A interseccionalidade, conforme definida por Collins (2021), destaca a interconexão e a interseção de diferentes sistemas de opressão e identidades sociais, como raça, gênero, classe, idade e até mesmo o racismo religioso. Ao articular essa perspectiva com o envelhecimento da população negra, torna-se fundamental para compreender os desafios e as experiências únicas enfrentadas por indivíduos que estão sujeitos a múltiplas formas de discriminação e desigualdade. Apesar das adversidades como o racismo religioso, as religiões de matriz africana têm se destacado como importantes fontes de apoio comunitário para os idosos, proporcionando um ambiente de pertencimento e resistência.

Compreender a interseccionalidade no envelhecimento implica reconhecer que o processo de envelhecimento não afeta todas as pessoas da mesma maneira. Para pessoas negras, o envelhecimento é vivido dentro de contextos marcados por desigualdades históricas e estruturais, como acesso desigual a cuidados de saúde, habitação adequada, oportunidades de emprego e aposentadoria. Essas disparidades são agravadas pelas experiências ao longo da vida, incluindo discriminação racial e econômica, que podem ter um impacto cumulativo na saúde física e mental à medida que envelhecem.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Para abordar essas questões de maneira eficaz, é crucial discutir como políticas públicas e práticas de saúde podem ser mais inclusivas e sensíveis às necessidades das pessoas negras idosas. Isso inclui promover o acesso equitativo a serviços de saúde, programas de bem-estar social e apoio comunitário que reconheçam e valorizem as diversas identidades dentro da comunidade negra idosa.

Conforme Davis (2016), Gonzalez (2020) e Collins (2021) a discriminação racial ao longo da vida resulta em desigualdades e as mais variadas formas de violências que irão afetar a saúde física, psicológica e emocional que impactam a capacidade de pessoa negras envelhecerem. As religiões de matriz africana desempenham um papel crucial na vida dos idosos praticantes, fornecendo não apenas um senso de identidade cultural, mas também uma rede de suporte emocional e social que é vital para seu bem-estar.

A relação entre discriminação racial e os desafios enfrentados pelas pessoas negras idosas se torna ainda mais complexa quando consideramos a interseccionalidade com a religião. Enquanto as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, oferecem suporte emocional e social para seus praticantes, ajudando a mitigar os efeitos das violências sofridas ao longo da vida, essas mesmas práticas religiosas podem ser fontes adicionais de estigmatização.

No Brasil, onde a raça é um elemento central na organização social e na construção de relações de poder, as pessoas negras idosas que seguem essas religiões enfrentam uma discriminação múltipla, sendo marginalizadas não apenas por sua raça, mas também por sua fé. Essa marginalização se reflete em exclusões sociais que aprofundam as desigualdades e dificultam ainda mais o processo de envelhecimento digno para essa população.

Pensar no processo de envelhecimento como uma jornada solitária e excludente, na qual os mais idosos são vistos como dispensáveis em praticamente todas as esferas da sociedade ter uma rede de apoio se faz necessário e, essa rede nem sempre é formada por familiares, os locais de culto funcionam como verdadeiros centros comunitários, onde os mais velhos recebem cuidado, solidariedade e um senso de pertencimento, especialmente em um contexto social mais amplo marcado pelo racismo e a intolerância religiosa (Curtis; Johnson, 2019). Muitos idosos encontram nos terreiros uma fonte de significado, propósito e conexão espiritual que os ajuda a enfrentar os desafios do envelhecimento.

Além disso, as próprias práticas e tradições das religiões afro-brasileiras, como a valorização dos mais velhos e do conhecimento ancestral, podem oferecer uma visão de mundo mais positiva e empoderada sobre o envelhecimento. Nesses espaços os idosos assumem papéis importantes na transmissão de conhecimentos e na liderança espiritual das comunidades (Cipolli; Falcão, 2017). Portanto, os terreiros e outros centros de religiões de matriz africana desempenham um papel crucial no suporte social e no bem-estar dos idosos negros no Brasil, em contraposição à marginalização e estigma que muitas vezes enfrentam na sociedade mais ampla (Lott, 2018; Heringer, 2002).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

O envelhecimento e a preservação do patrimônio cultural estão intrinsecamente ligados através da transmissão intergeracional de conhecimento. Conforme destaca Souza (2010), os idosos atuam como "bibliotecas vivas", transmitindo conhecimentos tradicionais e práticas culturais que, de outra forma, poderiam se perder com o tempo. Já Minayo (2004), argumenta que a memória coletiva, frequentemente preservada pelos idosos, é essencial para a manutenção da identidade cultural de uma sociedade. Os idosos desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio cultural devido à sua experiência e conhecimento acumulados ao longo do tempo. Eles são portadores de memórias, tradições, histórias orais e práticas culturais que são fundamentais para a identidade de uma comunidade.

Em seus estudos sobre patrimônio imaterial, Chagas (2015) também ressalta a importância dos idosos na manutenção e transmissão de tradições culturais. Ela aponta que, em muitas comunidades os idosos são os responsáveis por ensinar os jovens sobre rituais, festividades, histórias e outras práticas culturais que constituem o patrimônio imaterial de uma comunidade.

Apesar de sua importância, a preservação do patrimônio cultural através do envelhecimento enfrenta diversos desafios. Um dos principais problemas é a marginalização social e a falta de valorização dos idosos. (Paiva, 2018) discute como o envelhecimento é frequentemente associado a um declínio, negligenciando a rica contribuição que os idosos podem oferecer em termos de conhecimento e cultura. Essa percepção negativa pode levar à exclusão dos idosos do processo de transmissão cultural.

Outro desafio significativo é a modernização e a globalização, que podem causar a perda de interesse nas tradições culturais entre as gerações mais jovens. As pesquisas de Silva (2013) exploram como a urbanização e as mudanças socioeconômicas impactam a preservação do patrimônio cultural. Ele argumenta que, em um mundo cada vez mais globalizado, há uma necessidade urgente de criar espaços e oportunidades para que os idosos possam compartilhar seu conhecimento e manter viva a cultura tradicional.

O envelhecimento, quando considerado através da lente da preservação do patrimônio cultural, revela-se uma fase vital para a continuidade das tradições e da memória coletiva. Os idosos, com seu vasto conhecimento e experiência, são fundamentais para a manutenção da identidade cultural de uma sociedade. Reconhecer e valorizar o papel dos idosos na preservação cultural, através de políticas públicas, educação intergeracional e uso de tecnologias, é essencial para garantir que o patrimônio cultural seja transmitido e valorizado pelas futuras gerações.

Nesse contexto, as religiões de matriz africana desempenham um papel fundamental na vivência do envelhecimento entre as pessoas negras. Essas tradições religiosas oferecem um forte senso de comunidade e pertencimento, que são cruciais para o bem-estar psicológico e emocional na velhice. Além disso, o respeito e a valorização dos anciãos como detentores de sabedoria e guias espirituais nessas religiões promovem uma autoestima elevada e uma sensação de dignidade. Os rituais e práticas espirituais também proporcionam suporte emocional e espiritual,

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

criando uma rede de apoio que ajuda a mitigar os desafios associados ao envelhecimento. Dessa forma, as religiões de matriz africana não apenas moldam as experiências individuais de envelhecimento, mas também influenciam positivamente o acesso a recursos e oportunidades, melhorando significativamente a qualidade de vida na velhice para a população negra.

4 Terreiros de Umbanda e Candomblé no Brasil: elementos de compreensão para resistências organizacionais

O Candomblé é uma religião de matriz africana que se desenvolveu no Brasil a partir do século XVIII, com a chegada de africanos escravizados de diversas etnias, especialmente dos lorubás, Fons e Bantus. Esses grupos trouxeram consigo suas práticas religiosas, que se adaptaram às novas condições e se sincretizaram com elementos do catolicismo e das crenças indígenas. Conforme Edison Carneiro "O Candomblé é, sem dúvida, uma das expressões mais puras e autênticas da cultura africana no Brasil. Ele conseguiu preservar, através dos séculos, um grande número de ritos e crenças de origem africana" (Carneiro, 1948), já Bastide (1978) argumenta que os terreiros de Candomblé surgiram como centros de resistência cultural, onde os africanos escravizados podiam praticar suas religiões em segredo e preservar suas identidades.

A Umbanda, por sua vez, surgiu no início do século XX no Rio de Janeiro, como uma religião sincrética que combina elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo, das religiões indígenas e africanas, especialmente do Candomblé. Conforme Araújo (2020) aponta em seus estudos "a Umbanda foi formalmente estabelecida em 1908 por Zélio Fernandino de Moraes, que após um transe mediúnico, anunciou a fundação de uma nova religião que se tornaria um dos principais cultos afro-brasileiros". Ortiz (1991) advoga que, a Umbanda representa uma tentativa de criar uma religião brasileira autêntica, integrando elementos de diversas tradições religiosas para atender às necessidades espirituais das populações urbanas do país.

Os terreiros de Candomblé e Umbanda se espalharam por todo o Brasil, cada um desenvolvendo características específicas conforme as influências regionais e os contextos sociais. No Nordeste, especialmente na Bahia, o Candomblé encontrou um terreno fértil para florescer, enquanto no Sudeste, a Umbanda se expandiu rapidamente nas áreas urbanas. Na Bahia, o Candomblé estabeleceu uma base sólida, criando um patrimônio cultural e religioso que é reconhecido mundialmente" (Ribeiro, 1982), Silva (1995) observa que a urbanização acelerada do século XX facilitou a disseminação da Umbanda nas grandes cidades brasileiras, onde oferecia uma forma de espiritualidade acessível e adaptável às novas condições sociais. O surgimento e a consolidação dos terreiros de Umbanda e Candomblé no Brasil refletem a capacidade de adaptação e resistência das culturas africanas diante das adversidades.

Lélia Gonzalez foi pioneira em abordar a importância da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional. Em suas pesquisas, Gonzalez (1982) argumenta que a cultura afro-brasileira é uma parte essencial da identidade nacional e que a

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

preservação dessa cultura é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ela destaca a importância da língua, da música, da religião e das práticas culturais afro-brasileiras como elementos que devem ser preservados e valorizados. Um dos textos mais relevantes nesse contexto é "Racismo e sexismo na cultura brasileira", onde Gonzalez discute como o racismo e o sexismo impactam a cultura brasileira e como as religiões de matriz africana são uma parte essencial dessa cultura.

Apesar do contexto histórico e do reconhecimento oficial, as religiões de matriz africana ainda enfrentam desafios significativos, incluindo preconceito, discriminação e intolerância religiosa. Silva (2005) aborda essa questão, observando que "o Candomblé e a Umbanda representam caminhos de devoção que são centrais para a cultura brasileira, mas que ainda são marginalizados por muitos", o referido autor argumenta ainda que é necessário um esforço contínuo para educar a sociedade e combater a intolerância religiosa.

O que podemos constatar é que o legado da colonização europeia em África teve um impacto profundo e duradouro na percepção e aceitação das religiões de origem africana. Durante a era colonial, as potências europeias, cuja base religiosa estava firmemente enraizada no Cristianismo, muitas vezes viam e retratavam estes sistemas de crenças de uma forma negativa e depreciativa (Nunn, 2010); (Engerman; Sokoloff, 2005).

Esta difamação sistemática das afro-religiões foi uma consequência da missão colonial de difundir a fé cristã e afirmar a superioridade cultural europeia. (Nunn, 2010). As autoridades coloniais aproveitaram a sua posição de poder para impor arranjos institucionais que eram desfavoráveis ao desenvolvimento a longo prazo e ao reconhecimento das religiões de origem africana (Engerman; Sokoloff, 2005), pois tinham como um de seus objetivos a conversão de africanos ao cristianismo e, muitas das práticas e crenças das religiões de matriz africana foram criminalizadas, hoje o racismo religioso e a cultura do ódio perseguem essas religiões.

A criminalização e a associação negativa desses sistemas de crença com práticas "demoníacas" ou "primitivas" têm sido estratégias utilizadas para deslegitimar e subjugar essas religiões, cujas raízes estão profundamente enraizadas na história e cultura dos povos africanos (Jalata, 2015); (Santos, 2020); (Queiroz, 2020); (Scott-Jones; Kamara, 2020). No entanto, a resistência e a resiliência demonstradas pelas comunidades de Candomblé e Umbanda ao longo dos séculos são testemunhos de sua força e importância cultural. Esses terreiros não apenas sobrevivem às tentativas de deslegitimação, mas também florescem como espaços de preservação, ensino e celebração das heranças africanas. Os terreiros se destacam como pilares de identidade e coesão comunitária, contribuindo para a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. O reconhecimento dessas religiões como patrimônio cultural é, portanto, um ato de justiça histórica e uma celebração da contribuição africana para a formação da nação brasileira.

Diante desse cenário, é evidente que a umbanda desempenha um papel crucial na vida de muitos de brasileiros, tanto como espaço de prática religiosa quanto como centro de resistência cultural. A crescente intolerância religiosa sublinha a

necessidade de políticas públicas eficazes e de uma maior conscientização social para proteger e valorizar essas comunidades. A importância dos terreiros de umbanda, portanto, vai além da esfera religiosa, contribuindo significativamente para a coesão social e a diversidade cultural do Brasil.

Estima-se que existam aproximadamente 58 mil terreiros de umbanda no Brasil, (IBGE, 2010). Apesar da significativa presença e importância dos terreiros de umbanda, essa religião enfrenta desafios contínuos devido ao preconceito contra a cultura e religiões de matriz africana. A umbanda, que completará 116 anos em 15 de novembro de 2024, tem resistido a frequentes ataques e episódios de intolerância religiosa. O Brasil registrou 2.124 violações de direitos humanos relacionadas à intolerância religiosa em 2023, conforme dados do Disque Denúncia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Este relatório revelou um aumento de 64% nas denúncias e de 79,39% nas violações em comparação com 2022.

5 Religiões de Matriz Africana na Amazônia Legal: Resistência, Adaptação e Modernização

O Brasil é reconhecido entre os motivos pela sua exuberante diversidade natural, cada região do país oferece um espetáculo distinto, evidenciando a riqueza dos recursos naturais brasileiros. Na Amazônia Legal Brasileira que é formada por 09 estados, há uma imensa diversidade étnica, cultural, territorial e populacional indígena, (Feitosa; Vizolli, 2021, p. 42) é por causa da diversidade da Amazônia Legal Brasileira que “no vislumbre mundial é classificada como a maior floresta tropical úmida do planeta, possuindo a maior bacia hidrográfica, maior reserva de biodiversidade e banco genético, bem como uma das mais ricas províncias minerais (MELO, 2013).

Esta área foi delimitada pelo governo brasileiro em 1953 com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração da região amazônica com o restante do país. De acordo com o IBGE, a Amazônia Legal cobre cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados, representando aproximadamente 59% do território nacional. A região é conhecida por sua rica biodiversidade, abrigando a maior floresta tropical do mundo, uma imensa variedade de fauna e flora, além de importantes bacias hidrográficas como a do Rio Amazonas.

A região enfrenta desafios significativos, incluindo o desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais, conflitos fundiários e a vulnerabilidade das comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas). A expansão agrícola e a construção de infraestruturas, como estradas e hidrelétricas, têm intensificado a pressão sobre os ecossistemas e as populações locais. Apesar desses desafios, a Amazônia Legal continua a ser uma área de grande potencial econômico, principalmente devido à sua riqueza natural. Iniciativas de desenvolvimento sustentável e a valorização das culturas locais são cruciais para garantir a preservação da floresta e a melhoria das condições de vida de seus habitantes.

A diversidade cultural e espiritual dessas religiões, aliada aos desafios enfrentados na região, tornou-se um campo fértil para investigações acadêmicas, estudiosos das religiões têm dedicado esforços significativos para compreender as

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

dinâmicas de adaptação, resistência e transformação dessas práticas religiosas em um contexto marcado pelas complexas interações sociais e ambientais.

Conforme observa (Silva, 2004) "a prática religiosa na Amazônia é marcada pela forte presença de rituais de cura, que combinam conhecimentos africanos e indígenas, refletindo a rica diversidade cultural da região". Ele também menciona a crescente visibilidade e aceitação dessas religiões nas cidades amazônicas, apesar da persistente intolerância religiosa.

Já Moura (2003) argumenta que "a ecologia única da Amazônia influencia diretamente as práticas religiosas, onde os elementos naturais como rios, florestas e plantas medicinais são integrados aos rituais e às crenças". Ele também destaca a importância das festas e celebrações públicas dos orixás como formas de fortalecer a coesão comunitária e de reivindicar espaços de respeito e reconhecimento na sociedade.

Ferretti (1995) afirma que "na Amazônia, as práticas religiosas afro-brasileiras frequentemente incorporam elementos das tradições indígenas locais, resultando em um sincretismo único que distingue essas religiões de suas contrapartes em outras partes do Brasil" o autor destaca ainda a importância dos terreiros como espaços de resistência cultural e de preservação das tradições africanas e indígenas.

Marta Umbelino, em sua pesquisa "Religiões Afro-Brasileiras na Amazônia: Entre a Tradição e a Modernidade", enfatiza a transformação e a adaptação das práticas religiosas afro-brasileiras na Amazônia Legal. Ela afirma que "os terreiros na Amazônia têm se modernizado, adotando novas tecnologias e formas de comunicação para alcançar um público mais amplo, sem perder de vista as tradições ancestrais" (Umbelino, 2010). Umbelino também discute a importância das lideranças femininas nos terreiros da região, que têm desempenhado um papel crucial na manutenção e na inovação das práticas religiosas.

A transformação e a adaptação das práticas religiosas afro-brasileiras na Amazônia Legal, como discutido por Umbelino (2010), são evidentes nos diversos terreiros espalhados pela região. Essas mudanças são exemplificadas por terreiros históricos que não apenas preservam suas tradições, mas também se adaptam às novas realidades sociais e tecnológicas. A continuidade dessas práticas religiosas, como ilustrado pelos estudos de Ferretti (1995), Moura (2003), Silva (2004) e Umbelino (2010) reflete a capacidade dessas comunidades de se adaptarem às novas realidades sem perder de vista suas raízes.

Assim, ao final desta seção, fica evidente que as religiões de matriz africana na Amazônia Legal não são apenas um testemunho do passado, mas também uma força dinâmica e vital no presente, contribuindo significativamente para a riqueza cultural e a complexidade social da região, enquanto enfrentam os desafios de um contexto socioeconômico em constante transformação.

6 Conclusões

Quando analisamos o envelhecimento como uma categoria social dentro da Administração, é possível perceber as interseções entre gênero, raça, classe social e religião, conforme aponta Gonzalez (1982) e Collins (2021). Emerge nesse estudo

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

também que no Brasil, as pessoas idosas negras que seguem religiões de matriz africana enfrentam discriminação e exclusão social devido ao racismo religioso. Outra realidade que essas pessoas enfrentam é destacada por Queiroz (2020), ao observar a estigmatizadas impostas a elas por uma sociedade que as vê como inferiores e atrasadas. Nesse contexto a redes de apoio, muitas vezes fornecidas pelos locais de culto, como terreiros de Candomblé e Umbanda, é essencial para o bem-estar dos idosos.

A transmissão intergeracional de conhecimento dentro dos terreiros de Umbanda é evidenciado devido ao respeito que essa religião tem com as pessoas mais e a preservação da transmissão de conhecimento através da oralidade, nesse sentido Souza Neto (2010) destaca que os idosos atuam como "bibliotecas vivas", preservando e transmitindo tradições culturais e práticas espirituais. Minayo (2004) e Chagas (2015) reforçam a importância dos idosos na manutenção da identidade cultural de uma sociedade, salientando como eles ensinam os mais jovens sobre rituais, festividades e histórias, assegurando a continuidade dessas tradições.

Reconhecer e valorizar o papel dos idosos, assim como eles são reconhecidos e valorizados nas religiões de matriz africana, entendendo a importância deles preservação cultural e na formação da identidade social é essencial para uma educação intergeracional, dessa forma é possível garantir que o patrimônio cultural seja transmitido e valorizado pelas futuras gerações. Reconhecer os terreiros de Umbanda e Candomblé como patrimônio cultural, é importante para reafirmar a identidade cultural sobre tudo do povo negro, pois, a preservação e o fortalecimento dessas tradições culturais e religiosas são imperativos para a continuidade e relevância das práticas afro-brasileira.

Os estudos das religiões de matriz africana e do envelhecimento como uma categoria social apontam áreas que ainda necessitam de investigação com mais profundidade. A seguir, são destacadas algumas lacunas que podem orientar pesquisa futuras: Embora existam estudos sobre a interseccionalidade entre envelhecimento, raça e religião, há evidências da necessidade de pesquisas mais profundas que investiguem como essas dimensões se entrelaçam para afetar a vida das pessoas idosas negras de religiões de matriz africana. Pesquisas futuras poderiam examinar mais detalhadamente as experiências individuais dessas pessoas, com foco nas nuances das suas vivências e a multiplicidade das formas de discriminação que enfrentam. Embora a importância dos idosos na preservação do patrimônio cultural seja reconhecida, ainda há lacunas em relação à compreensão dos mecanismos específicos de transmissão de conhecimento dentro das comunidades de religiões de matriz africana. Estudos etnográficos detalhados podem explorar como o conhecimento é transmitido entre gerações e como as práticas culturais são adaptadas ao contexto contemporâneo.

Ao abordar essas lacunas, futuras pesquisas podem não apenas ampliar o conhecimento sobre as religiões de matriz africana e o envelhecimento no Brasil, mas também contribuir para a formulação de políticas e práticas que promovam a inclusão, o reconhecimento e a valorização dessas importantes dimensões da sociedade brasileira.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Referências

- ADARME, M. O.; FEITOSA, R. Q.; HAPP, P. N.; ALMEIDA, C.; GOMES, A. R. Evaluation of Deep Learning Techniques for Deforestation Detection in the Brazilian Amazon and Cerrado Biomes From Remote Sensing Imagery. *Multidisciplinary Digital Publishing Institute*, v. 12, n. 6, p. 910, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rs12060910>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- ALMEIDA, A. Desvelando o Espelho: Identidade Afro-Brasileira e a Emergência de um Movimento Escolar Comunitário. *Imprensa da Universidade de Chicago*, v. 47, n. 1, p. 41-63, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/345836>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- ARAUJO, Alessandro dos Santos. Umbanda: patrimônio cultural imaterial da Cidade do Rio de Janeiro – ensino de História, formação de professores e combate ao racismo religioso. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- ARLINDA DA SILVA, Amanda; REZENDE, Ana Flávia; MACHADO SARAIVA, Carolina. O Fazer Político nos Estudos Sobre Mulheres Negras trabalhadoras nos Estudos Organizacionais. *Revista Gestão & Conexões*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 49–74, 2023. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2023.12.3.40523.49-74. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/40523>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- ASHFORTH, B. E.; MAEL, F. A. Teoria da identidade social e a organização. *Academia de Administração*, v. 14, n. 1, p. 20-39, 1 jan. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4278999>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BAILEY, S. R. Encontros Desiguais: Fazendo Raça e Nação no Brasil e nos Estados Unidos - por Seigel, Micol. *Wiley-Blackwell*, v. 30, n. 1, p. 110-111, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2010.00464.x>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BASTIDE, R. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1978.
- BIRMAN, Patrícia. Fazer estilo, criar moda: o culto à possessão no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- Brasil. Lei N° 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 08 ago. 2024.
- CARNEIRO, E. Candomblés da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1948.
- CHAGAS, Glaucia de Figueiredo. Patrimônio Imaterial e Envelhecimento: desafios e oportunidades no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 301-315, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CURTIS, E. E.; JOHNSON, S. A. O futuro transnacional e diaspórico das religiões afro-americanas nos Estados Unidos. *Imprensa da Universidade de Oxford*, v. 87, n. 2, p. 333-365, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jaarel/lfz018>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

- DANTAS, Beatriz Góis. Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Luís Oliveira. Educação Intergeracional e Patrimônio Cultural: perspectivas e práticas no Brasil. *Revista Educação e Cultura*, Belo Horizonte, v. 35, n. 2, p. 201-215, 2017.
- DYCK, B.; STARKE, F. A.; HARDER, H.; HECHT, T. D. As estruturas organizacionais dos locais de culto religioso refletem as suas declarações de fé? Um estudo exploratório. *Publicação SAGE*, v. 47, n. 1, p. 51-51, 1 set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4148280>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- FEITOSA, L.; VIZOLLI, I. . Entre fronteiras, matas e beiras de rios: Amazônia legal brasileira e o pesquisar da educação escolar indígena. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.29327/210932.9.2-4. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5176>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- FERRETTI, S. M. Quimbanda: Uma face do candomblé no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 1995.
- FIGGE, H. H. Spirit Possession and Healing Cult among the Brazilian Umbanda. *Karger Publishers*, v. 25, n. 1-6, p. 246-250, 01 jan. 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000286875>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- GLISSON, C.; WILLIAMS, NJ. Avaliando e mudando contextos sociais organizacionais para serviços de saúde mental eficazes. *Revisões Anuais*, v. 36, n. 1, p. 507-523, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-031914-122435>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- Gouvêa, J. B., Santos, G. R. R., & Paniza, M. D. R. (2019). Os espaços das mulheres e das mulheres negras no mundo do trabalho: uma reflexão sobre gênero, raça e classe nos estudos organizacionais. *Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão*, 4(1), 125/1-125/28.
- GUIMARÃES, R. L.; TRAVASSOS, L.; GÓIS, A. J.; VARELLA, I. D. CAVERNAS E RELIGIÃO: OS RITUAIS DE MATRIZ AFRICANA NA GRUTA DA MACUMBA E NA GRUTA DO FEITIÇO, LAGOA SANTA, MINAS GERAIS. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 23, 03 nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v23i0.24840>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- HECHT, S.; SCHMINK, M.; ABERS, R. N.; ASSAD, E. D.; BEBBINGTON, D. H.; BRONDÍZIO, E. S.; COSTA, F. D. A.; CALISTO, A. M. D.; FEARNSIDE, P. M.; GARRETT, R.; HEILPERN, S.; McGRATH, D.; OLIVEIRA, G.; PEREIRA, H. D. S.; PINEDO-VAZQUEZ, M. Capítulo 14: Amazônia em Movimento: Mudanças políticas, estratégias de desenvolvimento, povos, paisagens e meios de subsistência. 12 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55161/nhrc6427>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz*, v. 18, supl., p. S57-S65, 1 jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2002000700007>. Acesso em: 22 jun. 2024.

- JÚNIOR, L. A. A UMBANDA ENTRE A CODIFICAÇÃO E A PRÁTICA. *Universidade Federal do Paraná*, v. 4, n. 2, p. 27, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rt.v4i2.44345>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- KANELE, A.; CASTRO, P. P. C. Quilombo Communities and Opportunities for Market-Driven Mechanisms for the Protection of the Amazon Forest. *IntechOpen*, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5772/intechopen.93976>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- LIMA, V. G. Culturas negras no Novo Mundo. Salvador: EDUFBA, 2007.
- LOTT, W. P. A salvaguarda do patrimônio negro na cidade de Belo Horizonte. n. 61, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176>
- LUDEWIGS, T. Tomada de decisão sobre o uso da terra, incerteza e eficácia da reforma agrária no Acre, Amazônia brasileira. 06 abr. 2016, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/162>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MACHADO, E. N. *Trajetórias da memória: a construção social da recordação em terreiros de Candomblé*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2014.
- MELLO, Alex Fiúza de. Apresentação. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). *Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MILES, A. K.; SLEDGE, S.; COPPAGE, S. Vinculando a espiritualidade aos benefícios do local de trabalho: uma análise do candomblé brasileiro. Taylor e Francisco, v. 9, n. 3, p. 211-232, 1 nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14755610802535512>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- MINAYO, Maria Cecília. Envelhecimento e a contribuição dos idosos na preservação da memória coletiva. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 45-55, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA Júnior, Carlos EA. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: *Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 29-46, 2002.
- MONTERO, P.; GUGEL, G. L.; FIGUEIREDO, B. R.; ROSA, R. E.; PEREIRA, M. R. J.; NOGUEIRA, C. F. A. Química Verde e a Redução da Pegada de Carbono nas Atividades Industriais do Brasil. Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, 17 jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-49763-8_6. Acesso em: 22 jun. 2024.
- MOURA, C. R. O Jongo no Sudeste Brasileiro: Tradições Musicais e Resistência Cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MOURA, C. *Quilombos: Resistência ao escravismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.
- NASCIMENTO, Elizabeth Larkin. O sortilégio da cor: identidade afro-descendente no Brasil. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 09 ago. 2024.
- NOVAES, Regina. Religiões afro-brasileiras: novas identidades e novas etnicidades. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 106-118, jan./jun. 2007.

- NUNN, N. Conversão Religiosa na África Colonial. Associação Econômica Americana, v. 100, n. 2, p. 147-152, 1 maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/aer.100.2.147>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- OLIVEIRA, E. E. de. *Memória, História e Patrimônio Cultural: Estudos de Caso no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2013.
- OLIVEIRA, V. S. OH! MINHA DEUSA DO ÉBANO, CULTURA NEGRA ILÊ AIYÊ: CORPO E IDENTIDADE NEGRA FEMININA ANTES, DURANTE E APÓS O CARNAVAL AFRO DE SALVADOR. V. 12, n. 01, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.29380/2018.12.02.07>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- Organização Mundial da Saúde - (OMS) (2002). Envelhecimento ativo: uma política de saúde/WorldHealthOrganization.(S,GontijoTrad.),Brasília:OrganizaçãoPan-AmericanadaSaúde.60p.Disponívelem:http:// [envelhecimento ativo.pdf](http://envelhecimentoativo.pdf). Acesso em: 08 ago. 2024.
- ORTEGA, M. *As religiões afro-brasileiras na perspectiva das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2015.
- ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PAIVA, Ana Rita. Envelhecimento e Participação Cultural: uma análise sociológica. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 112-127, 2018.
- PARÉS, Luis Nicolau. *The Formation of Candomblé: Vodun History and Ritual in Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.
- PINHEIRO, A. D. O. “UMBANDAS”: SEGMENTAÇÃO E LUTA DE REPRESENTAÇÕES NAS PÁGINAS DE UMA PUBLICAÇÃO UMBANDISTA. Universidade Federal do Paraná, v. 1, n. 1, p. 36, 12 mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rt.v1i1.31041>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- PINTO, C.; CAMPOS, Z. D. P.; JORON, P. Jurema: culto, religião e espaço público. De Boeck Superior, v. 139, n. 1, p. 109-123, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/soc.139.0109>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- PRANDI, R. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- PRANDI, Reginaldo. *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PROAmazônia. PROAmazonia: Utilizando Conservação Florestal e Práticas de Produção Sustentável para Enfrentar as Mudanças Climáticas e Fortalecer os Meios de Subsistência Locais no Equador. 01 jan. 2019. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/28897>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- QUEIROZ, R. J. D. G. Território e sujeito sertanejo: relações de poder e subalternidade no Nordeste brasileiro. *Universidade Federal de Santa Catarina, v. 35, n. 76, p. 497-520, 27 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p497>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ROS-TONEN, M. Novas perspectivas para a gestão sustentável da Floresta Amazônica: explorando novos caminhos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), v. 10, n. 1, p. 11-25, 01 jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2007000100002>. Acesso em: 22 jun. 2024.

- SANCHES, M. C.; PINTO, E. M.; OLIVEIRA, L. D. M.; MEDEIROS, S. L. A. Salvaguarda do patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista CPC*, v. 15, n. 29, p. 155-173, 2015.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Orixás da metrópole: religiões afro-brasileiras em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SILVA, Nilton da. Geografia do Patrimônio Cultural e Envelhecimento: um estudo sobre a preservação regional. *Geografia e Cultura*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 89-104, 2013.
- SILVA, Larissa Luísa da. Entre a demonização de Exu e o Dono do marafo curador de Santíssimo (Rio de Janeiro, 1952-1971). 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas: crônicas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- SIMMONS, C. A Economia Política do Conflito Fundiário na Amazônia Oriental Brasileira. *Associação Americana de Geógrafos*, v. 94, n. 1, p. 183-206, 01 mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2004.09401010.x>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- SIMMONS, C.; WALKER, R.; ARIMA, E.; ALDRICH, S.; CALDAS, M. M. A Guerra Terrestre Amazônica no Sul do Pará. *Associação Americana de Geógrafos*, v. 97, n. 3, p. 567-592, 01 set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2007.00564.x>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- SOUZA NETO, João Carlos. Patrimônio Cultural e Memória Coletiva: o papel dos idosos na preservação das tradições. *Revista de História Regional*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 78-92, 2010.
- SOUZA, E. B. *Orixás e a identidade afro-brasileira*. Recife: UFPE, 2013.
- TAJFEL, H.; TURNER, J. A teoria de identidade social do comportamento entre grupos. p. 276-293, 9 jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- TORRES, D. L.; TURNES, J. N.; VEGA, P. J. S.; FEITOSA, R. Q.; SILVA, D. E.; MARCATO, J.; ALMEIDA, C. Deforestation Detection with Fully Convolutional Networks in the Amazon Forest from Landsat-8 and Sentinel-2 Images. *Multidisciplinary Digital Publishing Institute*, v. 13, n. 24, p. 5084, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rs13245084>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- UMBELINO, L. B. *Religiões afro-brasileiras: uma introdução*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- VALE, Francinelli Angeli Francisco do; TOLEDO, Peter Mann de; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Comparative analysis of sustainability indicators among the states of the Brazilian Amazon. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 214–231, 2018. DOI: 10.18472/SustDeb.v9n1.2018.25621. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16710>. Acesso em: 8 aug. 2024.
- VILELA, G. F.; FARIAS, A. R.; PAIM, F. A. D. P.; CASTRO, G.; OSHIRO, O. T.; CARVALHO, C. A. D. Cerrado: Agricultural Production and Areas Designated for Environmental Preservation Registered in the Brazilian Rural Environmental Registry (Cadastro Ambiental Rural). *Journal of Agricultural Science*, v. 9, n. 3, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17265/2162-5263/2020.03.001>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WERNECK, Jurema. *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wilma Campos. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jan. 2006.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná